

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral Cessante, Arq.º Alexandre Burmester

Senhor Presidente do Conselho Directivo Nacional, Arq.º Gonçalo Byrne

Caros membros eleitos

Caros colaboradores da OA

Caros convidados

Caros e caras colegas,

O mandato que agora estamos a concluir foi o primeiro depois da entrada em vigor dos estatutos da OA aprovados em 2015. Foi por isso sob vários aspectos um mandato de adaptação a um novo tipo de funcionamento e de relacionamento entre órgãos. Foi também um tempo para concluirmos alguns dos regulamentos dessa nova estrutura estatutária que ainda não tinha sido possível concluir.

Um desses regulamentos, com uma influência determinante em toda a estrutura da ao, foi o Regulamento das Estruturas regionais e locais. Sabíamos desde o início que esta era uma mudança que, pelas suas implicações, iria ter reflexos profundos na vida da OA. Precisávamos de encontrar uma solução que permitisse por um lado responder às exigências estatutárias e por outro que pudesse também permitir futuros ajustamentos. Foi nesse sentido que trabalhámos num debate que se iniciou pouco depois da nossa tomada de posse e que se estendeu praticamente ao longo de todo o mandato e agora se concluiu com as eleições para as sete futuras Secções Regionais.

Talvez o tempo do verbo que usei não tenha sido o mais ajustado porque penso que na verdade agora é que esse processo se vai materializar, com o trabalho dos novos eleitos e com o trabalho que venham a ser capazes de realizar.

De uma coisa estou certo, essa proximidade junto dos problemas de cada região vai permitir uma melhor relação entre todas essas estruturas, uma outra atenção às necessidades dos membros e uma maior divulgação da arquitectura e do trabalho dos Arquitectos.

Se precisássemos de outras provas sobre o interesse da regionalização, e da necessidade de uma maior proximidade da OA aos membros e às estruturas locais, o Congresso que realizámos no Algarve, em Lagoa, respondendo ao novo papel do Congresso na estrutura interna da OA, e que realizámos a meio do mandato, foi sem dúvida exemplar dessa importância da OA se aproximar e reflectir sobre os problemas regionais.

Ao mesmo tempo que procuramos esta maior abertura ao território considerámos também essencial que a OA fosse dotada de uma estrutura que de algum modo assegure a necessária continuidade de muitos dos objectivos porque lutámos, mas seja também em cada momento capaz de produzir reflexão sobre os novos caminhos que devemos explorar. Foi nesse sentido que criámos o Conselho Consultivo de Arquitectos, um órgão de apoio à Direção.

Ainda em termos internos reorganizámos o funcionamento dos grupos de trabalho e as comissões técnicas, criámos o cartão de membro e o Email profissional. A primeira, importante para permitir o tão necessário apoio às múltiplas decisões do CDN, as duas últimas procurando responder a necessidades que sentimos da parte dos membros e a facilitar a comunicação entre estes e a OA.

Um outro aspecto a que tivemos de prestar atenção imediatamente após a nossa chegada, pois corriam prazos que arriscavam a inviabilizar muito do nosso património, foi a regularização da situação administrativa das instalações desta sede onde estamos e do terreno da rua da Ribeira Nova que nos tinha sido cedido pela CML.

Foi só após essa regularização que pudemos avançar com o concurso para a ampliação do edifício onde estamos. Uma necessidade que visa sobretudo complementar algumas funções a que este edifício não consegue dar resposta, mas que é em si mesmo também uma resposta à necessidade de propormos uma solução para a ocupação de um terreno e encontrarmos uma solução urbana para um terreno que urge resolver.

Apostámos também na divulgação de programas sobre arquitectura na rádio, desde há dois anos na TSF, e previstos para iniciar em breve na Antena 2.

Mas se até agora referi algumas das realizações que pudemos concretizar, não quero com elas esconder as várias que não podemos fazer.

Começando de novo no início do nosso mandato fomos de imediato confrontados com a revisão que estava em curso da Lei n.º 31/2009, ou seja, da pretensa vontade de alguns engenheiros poderem continuar a assinar projectos de arquitectura. Ao contrário de muitos colegas não só não acho que tenhamos perdido essa batalha, como me parece que conseguimos estancar uma situação que estava assumida como transitória e que foi clarificada. Não estou com isto a dizer que foi uma vitória o que conseguimos. O resultado não foi o que pretendíamos, nem aquilo porque nos batemos, e nem foi reconfortante termos visto uma primeira versão do diploma recusada pelo Presidente da República, ou termos ouvido o Primeiro-Ministro dizer que se tratava de um retrocesso civilizacional.

O problema não terminou, há ainda dúvidas postas pela própria Comunidade Europeia onde a situação é muito diversa de país para país, mas onde a nossa posição tem tido bastante eco. Diria que a doença não está curada mas está por agora controlada.

Não conseguimos também concretizar algumas outras iniciativas que considerávamos importantes. Uma delas era a de fazer reviver o Prémio Nacional de Arquitectura, um Prémio que nos parece importante como referência, quer nacional, quer internacional da nossa Arquitectura e dos nossos Arquitectos. Pretendíamos associá-lo a um patrocinador forte, que suportasse o prestígio que lhe era importante assegurar, mas não foi possível consegui-lo.

Também não conseguimos concluir a implementação de um fundo de pensões que pudesse ser um complemento de reforma, nem implementar uma política editorial mais forte que permita uma melhor divulgação da arquitectura e dos arquitectos portugueses, ou o explorar e

aprofundar a aproximação feita com a Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas no debate sobre a sua eventual integração na OA.

Sentimos ainda a necessidade de uma estrutura interna que permita ao CDN fundamentar os muitos dos pareceres que nos são solicitados, ou simples tomadas de posição sobre diversos assuntos. Um campo onde os já referidos grupos de trabalho e comissões técnicas são importantes, mas onde os colégios poderão também desempenhar um papel fundamental. Esta foi uma tarefa para a qual nem sempre conseguimos internamente ter as respostas mais adequadas.

Apesar dos nossos esforços não conseguimos também encontrar uma resposta que nos permita furar a teia legislativa que tem impedido qualquer tipo de orientação sobre os honorários, mas aqui entramos numa dimensão que vai para além do nosso país, e nos liga directamente à Europa.

Uma dimensão cada vez mais aberta, que vinha já da Direção anterior, e que exige um trabalho de integração nas estruturas da Comunidade Europeia ou outras através das quais podemos melhor defender os interesses dos nossos membros.

Cada vez mais somos confrontados com normativas de uma legislação comunitária que apenas em conjunto com os nossos congéneres de outros países conseguimos defender, mesmo sabendo que aí coexistem interesses e situações muito diversas e por vezes contraditórias. Este aspecto legislativo é um excelente exemplo e tem estado a ser explorado, por exemplo, como possível solução para as limitações aos honorários que a todos afligem.

Considero que trilhámos aqui um caminho junto de diversas instituições internacionais que será vantajoso prosseguir até pelas possibilidades de nos ajudar na resolução de alguns dos nossos problemas. Refiro-me a estruturas como a UIA, a ENACA, a UMAR ou mesmo a própria DOCOMOMO.

No caso desta última, a nossa actividade centrou-se sobretudo no DOCOMOMO Ibérico, com um continuado trabalho de levantamento e classificação de obras, e também no âmbito do CIALP com diversas actividades e um programa alargado.

Por fim, uma referência a uma estrutura interna como a da OA, onde os acontecimentos recentes introduziram novas questões, mas onde a nova estrutura com um maior número de secções vai presumivelmente orientar no sentido de uma reestruturação. Reestruturação que vai desde as novas possibilidades abertas pelo pleno funcionamento do Portal dos Arquitectos, até ao teletrabalho, ou a facilidade de podermos realizar algumas reuniões à distância. Todo um repensar de alguns aspectos da própria estrutura funcional e até de readaptação estatutária natural após a experiência destes anos de funcionamento que importa agora repensar.

Uma estrutura onde é quase desnecessário referir que as peças mais importantes são as pessoas que com as suas diferentes capacidades, sensibilidades, maneiras de ser e experiência se vão adaptando às necessidades das distintas formas de trabalho das

sucessivas Direções e a quem envio um merecido agradecimento pelo trabalho por todos realizado.

Um trabalho onde cada um de nós esteve, naturalmente, mais próximo de uns do que de outros, e de que por isso mesmo temos, também, apreciações diferentes. Não querendo destacar ninguém, é inevitável referir a qualidade do trabalho de quem estive mais próximo, a Dra. Cidalina Duarte, e gostaria ainda de relembrar uma pessoa com quem tive o grato prazer de trabalhar durante algum tempo e que subitamente nos deixou. Refiro-me ao Sr. Luis Gonçalves a quem aqui presto homenagem pelas suas qualidades profissionais e humanas.

Aquando da nossa tomada de posse, em 2017, referi a figura do nosso colega Nuno Teotónio Pereira, enquanto um dos obreiros desta estrutura da OA, e volto agora a lembrá-lo por aquilo que o liga ao início da carreira de Gonçalo Byrne, que hoje toma posse como próximo presidente da OA.

Recordo bem quando conheci o Gonçalo, há pouco mais de 30 anos, quando iniciava o meu percurso como professor, na mesma Escola onde o Gonçalo estava, e as várias viagens que fizemos de comboio no regresso a Lisboa em 300 Kms de longas conversas sobre arquitectura.

Desejo-lhe a ele e a toda a equipa do CDN votos de um excelente e seguramente muito desafiante mandato, votos que são, naturalmente, extensíveis a todos os colegas que aceitaram os também imensos desafios das novas Secções Regionais.

José Manuel Pedreirinho

Presidente do Conselho Directivo Nacional cessante

Lisboa, 16 Julho de 2020